



## CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

## ATA DE REUNIÃO

**Ata da 34ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia**  
**Plenária Ordinária**  
**22 de Fevereiro de 2025**

1 Ao vigésimo primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e dezessete  
2 minutos, iniciou-se o segundo dia da Trigésima quarta Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do  
3 Décimo Nono Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Participaram de forma presencial: Alessandra  
4 Santos de Almeida, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Carolina Saraiva, Célia  
5 Mazza de Souza, Clarissa Paranhos Guedes, Fabiane Rodrigues Fonseca, Gabriel Henrique Pereira de  
6 Figueiredo, Ivani Francisco de Oliveira, Izabel Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana de  
7 Barros Guimarães, Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Marina de Pol Poniwas, Nita Tuxá, Pedro Paulo  
8 Gastalho de Bicalho, Raquel Souza Lobo Guzzo, Roberto Chateaubriand Domingues, Rodrigo Acioli Moura,  
9 Rosana Mendes Éleres Figueiredo, Participou de forma remota: Neuza Maria de Fátima Guareschi. Pedro  
10 Paulo Gastalho de Bicalho saudou as<sup>1</sup> presentes e procedeu à discussão dos pontos de pauta. **Ponto 23.**  
11 **PARTICIPAÇÃO COMO AMICUS CURIAE NA ADI 7.606/DF, CONTRA TRECHOS DA LEI DE ALIENAÇÃO**  
12 **PARENTAL (Processo Sei nº 576600020.001139/2024-99).** Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que no  
13 dia 12 (doze) de junho de 2024 (dois mil e vinte e quatro) o Coletivo Mães na Luta encaminhou um Ofício  
14 convidando o Conselho Federal de Psicologia para participar como Amicus Curiae em ADI 7.606/DF, do  
15 Partido Socialista Brasileiro (PSB) que questionou a constitucionalidade de trechos da Lei de Alienação  
16 Parental por vulnerabilizar crianças e mulheres. Perguntou se alguma conselheira é contrária.  
17 **Encaminhamentos:** Aprovada a participação do CFP como Amicus Curiae em ADI 7.606/DF. A Conselheira  
18 Marina Poniwas oferecerá os subsídios técnicos à GJUR, para elaboração do parecer. **Ponto 24. FRENTES**  
19 **PARLAMENTARES DE SAÚDE MENTAL E LUTA ANTIMANICOMIAL: AVALIAÇÃO 2024 E PLANEJAMENTO**  
20 **2025 (Processo Sei nº 576600034.000006/2025-27).** Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro disse que  
21 desde o primeiro ano da gestão do XIX Plenário (2023), o CFP tem assento no Conselho Consultivo de duas  
22 Frentes Parlamentares do Congresso Nacional relacionadas ao campo da Saúde Mental: a Frente Mista  
23 para Promoção da Saúde Mental (FPSM), inicialmente constituída sob a presidência da Dep. Tabata  
24 Amaral (PSB/SP); e a Frente em Defesa da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial (FPLA), presidida  
25 durante anos pela Dep. Érika Kokay (PT/DF). No ano de 2024, em razão das eleições municipais e outros  
26 arranjos internos da Câmara dos Deputados, as presidências das Frentes foram reconduzidas ao Dep.  
27 Pedro Campos (PSB/PE) e ao Dep. Pr. Henrique Vieira (PSOL/RJ), respectivamente. Informou que este  
28 ponto veio em seguida à reunião de planejamento estratégico do Conselho Consultivo da Frente  
29 Parlamentar. E informou também que o Conselho Consultivo é formado por diversas entidades e o  
30 Conselho Federal participa do Conselho. E que foi feita consulta a todas as entidades participantes. E que  
31 em outro momento será conversado com a conselheira Rosana Mendes Éleres Figueiredo sobre alguns  
32 Projetos de Lei que não possuem posicionamento. E falou sobre o mapeamento da Frente de Promoção  
33 de Saúde Mental e da Frente em defesa da Luta Antimanicomial. Erick Vieira comentou sobre a frequência  
34 de reuniões, o resultado das agendas legislativas, comunicação com as secretarias executivas e  
35 comunicação com as conselheiras de referência. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro falou que a  
36 Frente de Saúde Mental será organizada de forma diferente no ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), não  
37 mais por Eixos e sim por objetivos estratégicos. Erick Vieira informou sobre as estratégias articuladas com  
38 as Frentes. Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro informou sobre o planejamento estratégico, o balanço  
39 da agenda de 2023 (dois mil e vinte e três) e 2024 (dois mil e vinte e quatro) e as metas. Erick Vieira  
40 reforçou as sugestões de propostas prioritárias do Conselho Federal. Maria Carolina Fonseca Barbosa  
41 Roseiro disse que continuam buscando fazer agenda junto ao Coordenador da Frente de Saúde Mental,  
42 principalmente quanto aos temas de saúde nas escolas e crianças e adolescentes. E acha importante que a  
43 diretoria do Conselho Federal busque agenda com a Coordenação da Frente de Saúde Mental. Carolina

44 Saraiva disse que foi realizada reunião institucional, mas pensa que a reunião entre a Diretoria do  
45 Conselho Federal e a Coordenação da Frente seja de grande valia. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
46 solicitou a viabilização da reunião com Diretoria do Conselho Federal, a Coordenação da Frente e as  
47 conselheiras de referência. Sugeriu que seja feita matéria com o intuito de dar visibilidade às Frentes.  
48 **Encaminhamentos: A)** Aprovada a proposta de pautas prioritárias do CFP nas Frentes Parlamentares de  
49 Saúde Mental. **B)** Agendar reunião institucional entre a Diretoria e a coordenação da Frente em Defesa da  
50 Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial (FPLA) para firmar alinhamentos, com participação da  
51 representante do CFP na Frente. **C)** Elaborar matéria para dar visibilidade às ações do CFP nas Frentes  
52 Parlamentares de Saúde Mental do Congresso Nacional. **Ponto 25. ARTICULAÇÃO SOBRE A LEI 14.874 DE**  
53 **2024 - PESQUISA COM SERES HUMANOS (Processo Sei nº 576600028.000002/2025-28).** Carolina Saraiva  
54 disse que a SOE recebeu a demanda e que na 49ª reunião de diretoria de 2024 houve o encaminhamento:  
55 SOE: Aprovada a articulação da SOE com o FENPB e ANPEPP para realização de uma live a respeito da Lei  
56 14.874, DE 28 DE MAIO DE 2024 que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema  
57 Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Considerando a importância deste tema, e seus  
58 impactos psicológicos, a Diretoria sugeriu que o CFP inicie um movimento de debate, a fim de ser  
59 protagonista nesta temática, considerando especialmente o Art. 16 do Código de Ética Profissional do  
60 Psicólogo. Assim, a SOE propõe a criação de um grupo de conselheiras para elaborar a proposta de live e  
61 auxiliar nas articulações a serem realizadas com o FENPB e com a ANPEPP. Pedro Paulo Gastalho de  
62 Bicalho perguntou se este tema de pesquisa com seres humanos deve ser tocado pela SOE, pois há  
63 confusão entre a realização de pesquisa e a ética. Carolina Saraiva disse que talvez seja o momento de  
64 evidenciar a diferença. Antônio Virgílio Bittencourt Bastos disse que está intermediando reunião sobre a  
65 questão da ética. Raquel Souza Lobo Guzzo pensa que Frederico Fernandes pode vir ao Conselho Federal  
66 para realizar discussão sobre a temática. Fabíola Borges perguntou quem será o grupo organizador.  
67 Carolina Saraiva disse que a SOE será coadjuvante. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo perguntou se  
68 pode chamar alguém de fora, da Conepe. Izabel Augusta Hazin Pires destacou a importância da  
69 diferenciação e a participação da SOE não como protagonista e que é importante a presença de Nita Tuxá  
70 que está representando o Conselho Federal no Conepe. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse da  
71 importância da regulação da ética em pesquisa e que é preciso ter em vista a dimensão ética e que a  
72 verdadeira discussão de ética em pesquisa não deve ser um cartório de pesquisa e nem reduzir o comitê  
73 de ética em delegacia de pesquisa. **Encaminhamento: A)** Foi aprovada a criação de um grupo de trabalho  
74 interno para discutir o tema, composto por: Nita Tuxá, Frederico Fernandes (FCHSSALLA), Carolina Saraiva  
75 (SOE) e Virgílio Bastos. **B)** Solicitar à ANPEPP indicação de representante para compor o grupo. **Ponto 26.**  
76 **MS - NORMATIVA PARA FINS DE AUTORIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL PARA PSICÓLOGAS(OS)**  
77 **NO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASIL - ANGOLA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE**  
78 **FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE (Processo Sei nº 576600020.001344/2024-54).** Pedro  
79 Paulo Gastalho de Bicalho disse que houve reunião antes de ontem com representante do Ministério da  
80 Saúde e este informou que o acordo de cooperação técnica está trazendo profissionais de Angola para o  
81 Brasil, e que atualmente são 7 (sete) psicólogas que estão no país fazendo Residência. Tal atividade é  
82 caracterizada como exercício da profissão no Brasil e é preciso que os Conselhos Regionais contribuam  
83 com o Programa de Colaboração. Mencionou o Conselho de Enfermagem que elaborou norma sobre a  
84 temática. Então a ideia é que seja feito documento autorizando o exercício profissional destas psicólogas  
85 angolanas. Salienta que em março estão chegando mais 9 (nove) psicólogas angolanas no Brasil. Célia  
86 Mazza de Souza comentou que a solicitação é de autorização para atuar neste programa e que, caso  
87 atuem em outras áreas, há a necessidade de revalidação do diploma. E que o documento correto seria  
88 Resolução e, dada a urgência, que a aprovação seja ad referendum. Ivani Francisco de Oliveira disse que  
89 poderia fazer algo semelhante ao documento do Cofen com a possibilidade de intercâmbio de  
90 conhecimentos. O plenário foi fazendo questionamentos sobre o programa e o registro nos Conselhos  
91 Regionais. Rafael Bonassa disse que o Conselho Federal de Medicina possui inscrição provisória para casos  
92 de inscrição de estrangeiros e que é importante analisar com mais cuidado se nestes intercâmbios há o  
93 exercício profissional devido à necessidade de solicitação de revalidação de diploma. Sugeriu conversa  
94 com o Ministério da Saúde sobre as especificidades deste programa. Juliana de Barros Guimarães  
95 considerou que estes programas refletem a internacionalização entre os países. Pedro Paulo Gastalho de  
96 Bicalho sugeriu que este ponto possa ser informe na reunião no FCFAS. Rosana Mendes Éleres Figueiredo  
97 pensa que é preciso rever a questão da inscrição nos Conselhos Profissionais quanto à realização de  
98 Mestrado e Doutorado. Carolina Saraiva disse que a SOE fez resposta a todos os Conselhos Regionais e  
99 procedeu à leitura do ofício. Clarissa Paranhos Guedes lembrou o encaminhamento da Apaf de revisão da  
100 Resolução CFP nº 02/2002. **Encaminhamento: A)** Realizar reunião entre Diretoria do CFP e Ministério da

101 Saúde para tratar de eventuais dúvidas sobre o Programa de Cooperação Técnica Brasil-Angola. **B)**  
102 Aprovada a elaboração da resolução sobre o tema, ad referendum do Plenário. Obs: a normativa deve ser  
103 semelhante ao documento do COFEN, e incluir a possibilidade de intercâmbio de conhecimentos. **C)**  
104 Quando a minuta de resolução estiver finalizada, encaminhar para parecer da SOE, GJUR, GTI. **D)**  
105 Apresentar este ponto como informe na reunião do FCFAS. **Ponto 27. REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO**  
106 **MONITOR AMBIENTAL - COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL (Processo Sei nº 576600020.001011/2024-25).**  
107 Izabel Augusta Hazin Pires disse que no dia 21 (vinte e um) de novembro de 2024 (dois mil e vinte e  
108 quatro) foi realizada reunião com a Associação Monitor Ambiental e que, durante a reunião, foram  
109 discutidos os impactos da poluição sonora na saúde mental e ambiental, destacando a necessidade de  
110 atualização da legislação brasileira sobre o tema. Ericson Scorsim, fundador do Monitor Ambiental,  
111 enfatizou a importância da psicologia ambiental e psicoacústica, apontando que a Organização Mundial da  
112 Saúde considera que ruídos acima de 50 decibéis são prejudiciais à saúde mental. Referiu que vem  
113 debatendo sobre os impactos dos empreendimentos eólicos para os trabalhadores que realizam a  
114 manutenção. Alessandra Santos de Almeida disse que existe estudo sobre o barulho do motor do ônibus,  
115 qual o impacto na saúde do motorista. Carolina Saraiva disse que pode ser incluído no debate o  
116 documentário “Filhos do Vento”. **Encaminhamento: A)** Encaminhar a solicitação para o GT de Psicologia  
117 Ambiental. **B)** Sugestão de incluir no debate do GT de Psicologia Ambiental o documentário “Filhos do  
118 Vento” (Carolina Saraiva). **Ponto 28. PROPOSTAS DE ATIVIDADES DO CFP PARA O 7º CONGRESSO**  
119 **BRASILEIRO DE PSICOLOGIA (7º CBP) (Processo Sei nº 576600004.000318/2023-26).** Juliana de Barros  
120 Guimarães disse que o 7º Congresso Brasileiro de Psicologia (7º CBP) será realizado em 2025 e contará  
121 com importantes mudanças em sua estrutura. Tradicionalmente promovido a cada quatro anos, o evento  
122 passará a ocorrer a cada três anos, garantindo sua realização durante cada gestão do Conselho Federal de  
123 Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). A edição de 2025 será sediada em Brasília,  
124 e o congresso de 2025 terá como tema central "Crises Globais e Impactos Locais: Caminhos para a  
125 Psicologia como Ciência e Profissão" e será estruturado em quatro eixos temáticos que orientarão as  
126 discussões e atividades do evento: 1. Crises Ambientais e Sustentabilidade: Psicologia e Promoção da  
127 Saúde e Bem-Viver; 2. Avanços Tecnológicos e Digitalização da Vida: Transformações no Trabalho e nas  
128 Relações Sociais; 3. Democracia e Justiça Social: Os Desafios da Psicologia na Defesa dos Direitos Humanos  
129 e 4. Fazer da Psicologia em um Mundo em Mudança: Inovações e Desafios para a Formação e Atuação  
130 Profissional. Disse que a proposta de identidade visual do congresso mantém a iconografia do catavento,  
131 que marca a identidade visual histórica do evento. Sua aplicação, no entanto, busca se conectar à  
132 mensagem de modernidade dos temas que estarão em foco na edição de 2025, tais como questões  
133 climáticas, gestão de riscos, inteligência artificial e desenvolvimento tecnológico. O layout reforça aspectos  
134 de movimento, conexão e integralidade, com linhas que remetem a avanço e progressão. Destacou as  
135 Atividades Científicas. Em seguida, procedeu à leitura da programação e mostrou a estrutura do  
136 Congresso. Izabel Augusta Hazin Pires lembrou o que aconteceu no CBP passado, em que os mesmos  
137 temas foram condensados no mesmo horário, então sugeriu que os temas sejam diluídos. Juliana de  
138 Barros Guimarães disse que as temáticas já foram distribuídas. Rodrigo Acioli Moura comentou sobre a  
139 rede hoteleira e a falta de participação das entidades e associações. Juliana de Barros Guimarães  
140 considerou que já foram pensadas as questões de trânsito, hotelaria e as participações e falou também  
141 sobre a transdisciplinariedade. Ivani Francisco de Oliveira perguntou sobre a questão da monitoria e sobre  
142 as ações afirmativas quanto às pessoas em situação de pobreza. Então pensa que poderia trocar pessoas  
143 em situação de pobreza para pessoas de baixa renda. Juliana de Barros Guimarães pediu que a questão da  
144 pobreza fosse conversada depois e que a monitoria será aberta a todo o país. Alessandra Santos de  
145 Almeida perguntou se foi pensado plano de contingência dado o tamanho do evento, sinalização de rota  
146 de fuga, situações de emergências e desastres e propõe que tenha instalação com a temática de  
147 psicologia, direitos humanos, justiça climática e ambiental. Juliana de Barros Guimarães informou que o  
148 plano de contingências foi detalhadamente pensado. Marina de Pol Poniwas pensa que poderia ser  
149 apresentado o Germinário. Nita Tuxá disse que poderia ter espaço para a temática da Comissão de  
150 Direitos Humanos. Carla Isadora Barbosa Canto disse que pode ter espaço com todas as produções  
151 LGBTQIA+ e que o envio das propostas é até 13 (treze) de março. Izabel Augusta Hazin Pires disse que seria  
152 muito importante ter salas temáticas com a distribuição de material. **Encaminhamento: A)** Revisar as  
153 faixas de pobreza e descontos dados aos inscritos, com base na normativa do CADÚnico. **B)** Substituir o  
154 termo “situação de pobreza” para “famílias de baixa renda”. **C)** Solicitar às Conselheiras que encaminhem  
155 propostas para inclusão de ações ou salas temáticas como: edição do Germinário; espaço para as  
156 atividades da CDH; publicações sobre o tema CFP na luta pelos direitos das pessoas LGBTIA+, Direitos  
157 Humanos, Psicologia, Justiça Climática e Ambiental, entre outros. **Ponto 29. RELATO DE REUNIÃO ENTRE**

158 **CONSELHEIRO ROBERTO E UFMG ACERCA DA CALIXCOCA (Processo Sei nº 576600020.002239/2023-51).**  
160 Roberto Chateaubriand Domingues disse que foi buscar informações conforme encaminhamento da  
161 planária e disse que o projeto da Vacina Calixcoca não saiu da bancada do laboratório e que vai demorar a  
162 chegar na fase de pesquisa com seres humanos. Ele disse que o pesquisador está aberto para discutir  
163 sobre a temática e que futuramente o Conselho Federal poderá fazer o monitoramento nas utilizações.  
164 Ivani Francisco de Oliveira perguntou se foi possível saber o perfil das pessoas para a utilização da vacina.  
165 Roberto Chateaubriand Domingues considerou que não pôde obter mais informações, então é preciso  
166 acompanhar. **Não houve encaminhamentos. Ponto 30. DATA PARA REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO DE**  
167 **EMERGÊNCIAS E DESASTRES (Processo SEI nº 576600003.000008/2025-83).** Alessandra Santos de  
168 Almeida disse que após novas reuniões, surgiu a proposta de realizar o evento no Congresso de Psicologia  
169 Política, a ser realizado nos dias 22 a 25 de abril de 2025 e que o CRP 07 ofereceu o espaço. **Ponto 31.**  
170 **RECOMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DO CNDH 2025 (Processo Sei nº 576600005.000057/2025-04).** Nita  
171 Tuxá considerou que diante da renovação do mandato do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH  
172 e do processo em curso de recomposição de suas Comissões Temáticas, o CFP tem a oportunidade de  
173 sugerir componentes para estes espaços. Daniel Arruda disse que as comissões estão voltando os seus  
174 trabalhos a partir de suas recomposições. Lembrou do debate que foi realizado na plenária passada sobre  
175 os critérios de indicações e que é importante que as indicações sejam afeitas ao Conselho Federal para  
176 que haja acompanhamento mais próximo. Alessandra Santos de Almeida disse que no início da gestão  
177 houve as indicações, mas que é muito difícil acompanhar as atividades do CNDH. O plenário foi realizando  
178 as indicações para as Comissões. **Encaminhamentos:** A) Indicações de representantes do CFP em  
179 Comissões/Subcomissões do CNDH: 2 - Comissão Permanente de Defensores de Direitos Humanos e  
180 Enfrentamento da Criminalização dos Movimentos Sociais: Ivani Oliveira, Darci Frigo, Viète Bastos e  
181 Marcel Julião; 3 - Comissão Permanente Direito à Cidade: Franklin Felix (Instituto Polis); 4 - Comissão  
182 Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais,  
183 de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
184 envolvidos em Conflitos Fundiários: Samuel Gerazeiro (MST- Presidente dos PCPs), José (Pastoral da Terra)  
185 e Cleane (CONAC), Giovana Mandulão; 5 - Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à  
186 Seguridade Social: convidar representante da Fenapsi; 6 - Comissão Permanente de Monitoramento e  
187 Ações na Implementação das Obrigações Internacionais em matéria de Direitos Humanos: Pedro Paulo  
188 Gastalho de Bicalho; 7 - Comissão Permanente de Promoção e Defesa das Mulheres, da População LGBTI:  
189 Alessandra Almeida e convidar representante da ANPSINEP; 8 - Comissão Permanente de Direitos  
190 Humanos e Segurança Pública: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho; 9 - Comissão Permanente de Políticas de  
191 Drogas e Saúde Mental: Thiago Petra e Romeu. B) As sugestões devem ser encaminhadas para a  
192 Conselheira Nita Tuxá, para análise final. O segundo dia da reunião plenária foi encerrado às doze horas e  
193 trinta e cinco minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira Secretária, e  
194 assinada por todas as presentes nomeadas. \_\_\_\_\_  
195  
196

197 **Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da**  
198 **categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma,**  
199 **sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos**  
**todos os gêneros.**



Documento assinado eletronicamente por **Ivani Francisco de Oliveira, Conselheira(o)**, em 15/04/2025, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 15/04/2025, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 15/04/2025, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o)**, em 15/04/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 15/04/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 15/04/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 15/04/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 15/04/2025, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 16/04/2025, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira Vice-Presidenta**, em 16/04/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 16/04/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 16/04/2025, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 16/04/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Rodrigues Fonseca, Conselheira(o) Suplente**, em 16/04/2025, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 16/04/2025, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 16/04/2025, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 22/04/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 22/04/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Conselheira(o) Suplente**, em 22/04/2025, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 22/04/2025, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 05/05/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.cfp.org.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2141183** e o código CRC **A0A89980**.

---